**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER AS DIRETRIZES PARA O PESCADOR E PARA A PESCADORA CATARINENSE, AVALIANDO O ATUAL CENÁRIO DE PESCA E DISCUTINDO HIPÓTESES PARA A MELHORIA DA ATIVIDADE PESQUEIRA, REALIZADA NO DIA 1º DE AGOSTO DE 2019, ÀS 14H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Burigo)** — Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pelo Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Felipe Estevão, por proposição da excelentíssima senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Estadual Paulinha. Esta audiência tem por objetivo oportunizar um momento de debate sobre as diretrizes para o pescador e para a pescadora catarinense, avaliando o atual cenário de pesca e discutindo hipóteses para a melhoria da atividade pesqueira.

Convidamos para compor a mesa de autoridades o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Felipe Estevão; a excelentíssima senhora Vice-Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Estadual Paulinha, proponente desta audiência pública; o excelentíssimo senhor Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo Miotto Ternus, neste ato representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva; o senhor chefe de Divisão de Aquicultura e Pesca da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina (Mapa), José Henrique Francisco dos Santos; o senhor Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Estado de Santa Catarina, Tenente-Coronel Ricardo Cordeiro Comelli; o senhor presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, Ivo da Silva; e o senhor presidente do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina (Sindipesca), Osvanir Gonçalves. (*Palmas.*)

Registramos neste momento a presença nesta audiência pública do excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Imaruí, Vereador Iremar Alfredo Florentino; do senhor Vereador de Penha e Presidente da Comissão da Pesca Artesanal do Litoral Norte de Santa Catarina, Luiz Américo Pereira, o Luizinho Américo; do senhor Vereador de Balneário Gaivota, Adir Ivo Ramos; do excelentíssimo senhor Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura de Bombinhas e presidente do Colegiado de Agricultura e Pesca da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (Amfri), Ernani Mateus da Silva; do excelentíssimo senhor Secretário Municipal do Meio Ambiente, Agropecuária e Pesca de Navegantes, Paulo Roberto Pereira; do excelentíssimo senhor Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura de Porto Belo, Franke Max Marques; do excelentíssimo senhor Secretário Municipal de Agricultura e Pesca de Itapoá, Jonecir Soares; do excelentíssimo senhor Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura de Imaruí, Marcos dos Passos Rafael; do senhor presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba, Garopaba e Jaguaruna no Estado de Santa Catarina (Sindpesca Laguna), Gilberto Fernandes da Silva; da senhora delegada sindical do Sindicato dos Pescadores do Estado de Santa Catarina – Sindpesca do Município de Laguna, Arlete Wecki Cardoso; da senhora presidente da Associação de Pescadores Artesanais do Município de Penha e delegada sindical do Município de Penha, Mirela Caroline Costa; do senhor presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Tapera (Apat), João José de Andrade; da senhora presidente da Z-26, de Colônia de Pescadores Balneário Piçarras, Adriana Ana Fortunato Linhares; do senhor presidente da Colônia de Pescadores Z-11, do Município de Florianópolis, José Frutuozo Góes Filho; do senhor presidente da Colônia de Pescadores Z-22 do Município de Bombinhas, Leopoldo João Francisco Filho; do senhor diretor da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Bombinhas, João Batista Rosa; e do senhor assessor parlamentar Alexandre Pacífico, representando o Deputado Estadual João Amin.

O Cerimonial convida a excelentíssima senhora Vice-Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Estadual Paulinha, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Primeiramente, boa tarde a todas e a todos. Muito obrigada aos pescadores e às pescadoras que vieram de vários lugares do Estado para acompanhar esta audiência pública e agradeço a presença de todas as autoridades já nominadas que compõem a mesa. Em nome do Felipe Estevão, que é o Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura, eu me permito saudar todos de uma maneira geral para que eu possa ser mais breve e tornar esta reunião produtiva.

Quero justificar as razões pelas quais esta audiência pública acontece. Todos os senhores, mais do que nós, são testemunhas do sofrimento pelos qual os nossos pescadores, sejam eles mais ligados à pesca artesanal ou à pesca profissional, estão submetidos ao longo do tempo. Nós tivemos uma desconstrução da política pesqueira nos últimos anos que tem nos trazido todos os problemas, desde a vigência da 445, que no meu ponto de vista é uma das nossas mais ardidas dificuldades, passando pelo pessoal da pesca de arrasto com as 12 milhas, no Rio Grande do Sul, que é um problema pontual que temos enfrentado, e, agora, neste último ano, com a necessidade de migrar para uma transição de seguro-defeso que passasse por um processo sistêmico, o que foi importante, mas quantos pescadores vocês conhecem, principalmente pescadoras, que não tiveram o seu direito assegurado do recebimento do seguro-defeso? Isso porque a nossa lei de pesca, e mesmo a lei nacional, é frágil.

O que de certa forma me alegra é que tanto aqui no Estado... Hoje a gente tem, além de mim e do Felipe – e o Felipe é um menino que vem também de uma comunidade pesqueira, assim como eu –, outros Deputados, que não estão presentes no dia de hoje porque estão em outros eventos, com sensibilidade e amadurecimento para a questão da pesca. Em Brasília parece que o movimento também dá sinais de que vai ter algum avanço pela bancada federal. Dia 6 agora, inclusive, vai ter lá um evento em prol dos pescadores que vamos acompanhar, como também contamos com o Jorge Seif, que com toda a falta de condições pelo menos se põe disponível para nos ouvir, para estar presente no Estado quando precisamos da sua mão.

Pois bem, o que a gente pensou? Desde que começamos a discutir assuntos de pesca, também começamos a estudar o que está acontecendo na vizinhança, e verificamos que vários Estados que têm a cultura de pesca já têm leis definindo uma política pública estadual de pesca. Nós sabemos que boa parte do regramento que rege a nossa vida depende do governo federal, mas se tivermos um diploma legal estadual que não se contraponha àquilo que é competência da União, mas traga clareza, que complemente o que é a estrutura da pesca, vai nos facilitar seguramente, pelo menos no relacionamento com os órgãos ambientais, com os órgãos fiscalizatórios e com os próprios órgãos federais que tratam de benefícios e direitos do pescador e da pescadora. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Dito isso, feita a contextualização, para que serve esta audiência pública? Nós redigimos uma minuta de projeto de lei – eu digo minuta, porque ela nasceu das sugestões de muitos que estão aqui, aos quais quero agradecer a colaboração, ao pessoal de Piçarras, de Penha, ao sindicato, às Colônias, ao Leo, à Jéssica Rosa, aos secretários do colegiado da Amfri, que está aqui representado pelo Nande e pelo Franke, enfim, às várias pessoas que foram nos trazendo dificuldades e ajudaram a construir alguns regramentos que estão aqui.

Por que ele já não foi subscrito e protocolado na Casa? Porque a gente precisa de uma validação social. É possível que a gente tenha escrito algo a mais ou a menos, e esta audiência serve para que vocês tenham acesso e leiam. Nós fizemos meia dúzia de cópias para dar uma para cada autoridade da mesa e vamos disponibilizar para vocês via WhatsApp, que é um recurso que todo mundo usa, porque é desnecessário ficarmos gastando papel nos tempos de hoje. A nossa ideia é que no prazo de uma semana, dez dias no máximo, juntemos todas as propostas que vierem para ver se podemos melhorar alguma coisa na lei.

Com o que nos preocupamos? Primeiro, na estrutura da lei falamos sobre a questão da igualdade de gênero, porque eu não sei o que aconteceu, mas houve um retrocesso de anos pretéritos para agora no entendimento da mulher pescadora. Eu tenho amigas que trabalham eminentemente na pré-captura ou na pós-captura e quando foram pedir o seguro-defeso, foram desaconselhadas: tu vais pedir? Olha que tu vais receber um processo. Outras amigas foram processadas pelo INSS como se estivessem cometendo um crime. Ora, se o pescador está no mar, ele vem com o seu peixe que precisa ser filetado ou a mulher pescadora vai fazer o desconcho do marisco, essa mulher só consegue trabalhar quando tem pescado - naturalmente que quando há o defeso ela não consegue trabalhar.

Então existe uma cadeia produtiva da política pesqueira que não está vista na legislação federal. E nós não temos nenhum traço da lei estadual que nos permita enxergar isso.

Em 2012 a Assembleia Legislativa editou uma lei muito bacana que fala sobre a política da piscicultura – não lembro quem é o autor, foi um Deputado que encampou, agora não me lembro quem foi.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone*: *“Foi o Executivo.”*)

Foi o Executivo? Ah, foi o próprio Executivo, que o então Governador Raimundo deixou para a gente uma matéria muito bacana, mas em termos da pesca extrativista que vivemos hoje, ainda não temos um diploma legal.

Portanto, a gente construiu esse primeiro regramento que fala sobre a igualdade de gênero, como eu dizia, da pré e da pós-captura, que foi uma coisa que eu aprendi recentemente quando visitei a Colônia de Piçarras, da questão da conceituação, mais que tudo, né? Enfim...

Quero falar para vocês também que a lei vai tratar do momento em que o pescador precisa se refugiar quando tem temporal, ele se encosta numa área protegida e pronto, se passa a Polícia Ambiental na área, ele não tem proteção mesmo que seja para ele se proteger de uma intempérie. Então, tem questões que a gente precisa dar condições para que os próprios órgãos fiscalizatórios não sejam tão ardidos com o nosso pescador.

Também temos aqui a proposta de estruturação de um conselho. Ontem eu estava falando com o Serginho, que é um dos caras que eu mais adoro e que mais tem conteúdo acumulado na pesca – a gente se conhece há anos, não é, Serginho –, e ele estava me dizendo do trabalho que a Câmara Setorial da Pesca vem desenvolvendo, um trabalho bastante fortalecida do ano passado para cá, inclusive, e que merece ser enaltecido aqui. Mas a gente pensa que se tivermos um Conselho Estadual de Pesca paritário e que, de fato, construa a política, vamos dar mais visibilidade também para o setor. Então, é uma das propostas que o projeto de lei traz.

Dito isso, gente, o que eu quero falar para você? Eu vou passar a palavra, evidentemente, primeiro para o Deputado Felipe, que é o nosso Presidente, que é um homem maravilhoso, um dos melhores corações que existe aqui nesta Assembleia, disparado, e depois passo a palavra para as demais autoridades da mesa. A ideia é que vocês vejam a proposta de lei e que, se vocês quiserem sugerir [encaminhamentos] hoje, sugiram. Se vocês tomarem a decisão de pensar em casa, estudar com os amigos, com os familiares, a gente decide aqui um prazo de tantos dias, o que vocês precisarem para se manifestar em relação a isso, se é preciso incluir mais alguma coisa ou não. Acho que era isso.

Que Deus nos abençoe, nos ilumine e que a gente faça uma reunião produtiva de trabalho. Muito obrigada a todos e a todas que estão aqui. (*Palmas.*)

Agora, eu passo a palavra ao Deputado Estadual Felipe Estevão, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO —** Muito obrigado, Deputada Paulinha.

Eu estava lá no sul, nos trabalhos durante o recesso, com a nossa base, quando ouvi da minha assessoria que a Deputada estava promovendo esta audiência. Prontamente nos deslocamos para cá pelo respeito que tenho pela Deputada e pelo seu trabalho. A gente caminhou quase que uma milha juntos desde fevereiro, estamos aqui trabalhando, levantamos essa bandeira da pesca, já fomos ao Rio Grande, já temos histórias para contar sobre essa nossa luta pela pesca.

Eu vim de uma família de pescadores, falei aqui algumas vezes, e a gente sabe que traz sobre os ombros as dores de um segmento abandonado, esquecido. E quando entrei aqui neste Poder eu já estava direcionado, determinado no coração a trabalhar pela pesca, a fomentar, a organizar, a trabalhar para nos unirmos. E a gente começou a procurar especialistas, como o Serginho – e até já solicitei que colocassem uma cadeira aqui para que você se sentasse conosco –, uma grande autoridade. O senhor será muito bem-vindo aqui. E a gente fica feliz porque essas fileiras de bons soldados foram engrossadas por Deputadas como a Paulinha, que conhece e luta por este segmento. Ela é muito bem vista pelos pescadores da região, por um trabalho que já desenvolve com eles, e a gente veio para engrossar essa luta.

Assumimos a Comissão e hoje eu me orgulho em falar que a nossa Comissão está desenvolvendo um trabalho fundamental. A Assembleia tem sido um polo de encontro de lideranças de pesca e a gente fica feliz por participar de encontros como este, em pleno recesso estar aqui a todo vapor e vem um PL para fortalecer a pesca. Fico feliz de ver os meus conterrâneos, está aqui o meu amigo Gilberto, os representantes de Laguna, fico muito feliz, muito orgulhoso de ver vocês. Eu vi o pessoal de Imaruí muito organizado também, estão ali fazendo um grande projeto para a região, e as demais lideranças do Estado, assim como todos aqui da mesa, que estão engajados por uma causa maior.

Quando nós assumimos a Comissão da Pesca, entramos aqui e tinha apenas uma folha com alguns dados, de todos esses anos, não tínhamos nada de dados maiores. Começamos a desenvolver um trabalho a partir do zero e hoje a gente fica feliz, porque olha para trás e ao longo desses seis meses vemos que já caminhamos tanto, já enfrentamos muitas dificuldades. Estamos passando por lutas, como o caso das 12 milhas, mas continuamos avançando para fortalecer o segmento. Eu acredito que a pesca, e nós temos uma frota pesqueira com mais de setecentos barcos, pode, sim, ser uma mola propulsora na economia catarinense, e nós estamos nessa luta.

O que nos fez chegar até aqui foi determinação. E lembro-me da história de um pai com um filho. O menino se tornou um alcoólatra e perguntaram por que ele se tornou um alcoólatra, ao que ele respondeu: rapaz, o estímulo que eu tinha na minha vida era o meu pai, e meu pai sempre foi alcoólatra, vivia nos bares, aí eu entrei nessa vida e me tornei um. Só que ele tinha outro filho que se tornou um proeminente empresário, uma pessoa de sucesso, e perguntaram por que ele tinha se tornado aquele cara, mesmo tendo um pai alcoólatra, ao que ele disse: o meu pai foi a minha referência, tudo o que ele foi eu não queria ser. Ou seja, nós somos senhores das nossas escolhas.

Nós pegamos a Comissão, eu e a Deputada Paulinha, e estávamos cheios de desestímulos. O que mais ouvíamos era que a pesca era uma classe desunida, diferente da agricultura, é um pessoal que não dá para trabalhar, é infiel, é isso, é aquilo, e só ouvíamos coisas negativas. Mas, mesmo assim, dissemos que éramos senhores das nossas escolhas e que faríamos a Comissão da Pesca e Aquicultura uma das mais respeitadas na Alesc. Já fizemos inúmeras audiências públicas, está aqui hoje o PL, enfim, inúmeros enfrentamentos, e esperamos que essa boa luta continue ao longo desses três anos e meio que temos pela frente, e a ideia é gerar grandes resultados. Então, contra as perspectiva negativas encabeçamos esse trabalho.

Hoje eu parabenizo a Deputada Paulinha, porque quando nós nos unimos, o caldo engrossou, ganhamos força, e hoje a Comissão tem sido respeitada e tem desempenhado um trabalho não só na pesca extrativista, mas também na piscicultura. E eu fico feliz porque não somos só eu e a Deputada, estamos felizes e motivados, a Deputada está aqui, em pleno recesso, porque a gente recebe essa força, esse estímulo de vocês. A gente fica muito feliz de ver as lideranças se deslocando do conforto de seus lares até a Capital para virem à audiência para trabalharmos essa pauta importante, que nós acreditamos que pode movimentar muito a economia do Estado.

Então, parabenizo as lideranças da mesa, a Deputada Paulinha, como já falei, respeitosamente me desloquei para estar aqui prestigiando [a audiência] e, se Deus quiser, espero que a gente possa gerar grandes resultados, esse é o sonho. Sei que não sou Deputado, eu estou Deputado, e espero que, quando findar os meus dias aqui de mandato, eu possa olhar para trás e dizer que deixei um legado para as futuras gerações da pesca, que ajudei o segmento. Eu quero sair daqui com muito orgulho por ter ajudado vocês, nem que seja um tijolinho nessa construção eu quero ser. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Então, Deputada Paulinha, parabéns! Eu fico sempre aqui à disposição, a Comissão é nossa para fazer o melhor para o nosso pescador. Tu sabes que tens a minha admiração, o meu carinho e tudo o que tu fomentas eu procuro sempre ser um amigo presente, assim como aos outros Deputados que compõem a nossa Comissão; aos demais parceiros e amigos, como o Serginho; o nosso amigo que está num cargo federal representando muito bem; o Gilberto, que está sempre à disposição para que possamos fazer história na pesca catarinense. A todos os nossos parabéns! E estou aqui para ajudar mais e mais.

Eu estou cheio de sonhos, gente, eu sou ambicioso. Na piscicultura estamos em quinto lugar e tenho certeza que o nosso Estado ainda vai ser o primeiro; na nossa pesca nós somos o primeiro, mas está tão pobrezinha, tão desorganizada, precisamos de um ordenamento. Então que possamos fazer isso e olhar para trás e pensar que, quando nós começamos, estávamos aqui, e olha em que ponto nós deixamos. Eu e a Paulinha vamos ter esse orgulho de olhar para trás e ver a grande história que nós vamos construir juntos.

Muito obrigado e uma boa-tarde.

Deputada Paulinha, devolvo a palavra, com a responsabilidade dos trabalhos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, querido. Faltou também agradecer a presença do Hilário e do Secretário Adjunto Ricardo. E quero dizer que uma das nossas motivações em promover esta audiência e fazer essa lei está fundamentada na boa vontade que o governo do Estado tem tido conosco em caminhar junto, em ajudar de alguma forma. Então quero deixar esse agradecimento ao Governador Moisés, ao Secretário, a toda a Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, e saliento a palavra pesca, porque temos que fazer com que a pesca fique um pouquinho maior, esse é o nosso objetivo.

Quero deixar também um beijo especial à Drica, que está aqui e foi uma das pessoas que nos ajudou a subsidiar a lei; à Mirela, de Penha, e a todo o pessoal de lá; à Isabel, de Itapoá, depois quero dar um beijo e um abraço nela, Belinha − estou com saudades de vocês, sei que o Prefeito está sentido porque não fui ainda lá, mas irei em breve −; ao Serginho, de Barra do Sul; ao Luizinho, nosso Vereador; ao Leo, da Colônia; ao pessoal de Bombinhas que veio; ao Toninho e a sua esposa querida; ao Nande e ao Franke, que já mencionei, são Secretários também; ao Gilberto que está aqui, meu irmão, muito obrigada a todos os nossos Vereadores, que vieram com dificuldade − eu sei, meu amigo, largasse tudo para acompanhar a nossa audiência, seja bem-vindo.

Vamos, agora, passar a palavra à mesa.

Com a palavra o senhor Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo Miotto Ternus.

**O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO RICARDO MIOTTO TERNUS (SC)** – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro quero cumprimentar a Deputada Paulinha pela iniciativa, o Deputado Felipe, Presidente desta Comissão, e dizer que trago um abraço do nosso Governador Moisés e do nosso Secretário de Agricultura Ricardo de Gouvêa. Eu queria também cumprimentar todos os senhores pescadores e todas as senhoras pescadoras e registrar o meu profundo respeito por essa categoria, Deputada Paulinha. Eu venho da agricultura, sou engenheiro agrônomo de profissão, sou funcionário de carreira do Estado, da Cidasc, e nesses últimos seis meses, dividindo a gestão da Secretaria da Agricultura com o Secretário Ricardo de Gouvêa, tenho tido a oportunidade de conhecer pela mão do Hilário, pela mão do Serginho, que é o nosso grande especialista em pesca, um pouco mais desse setor. Eu não tenho vergonha nenhuma de dizer que conheço pouco de pesca, mas tenho certeza que a Secretaria é muito bem representada pela *expertise* do Sérgio e do Hilário que contribuem muito para o setor.

Eu tenho um compromisso particular, meu, de me integrar e me aproximar cada vez mais do setor. Como o Deputado falou, somos o primeiro Estado em produção e exportação de pesca e somos o quarto na piscicultura, acho que já é um grande avanço, mas sempre a gente pode evoluir e melhorar.

Quero dizer que essa iniciativa de criarmos uma política pública e consolidar e melhorar o que já é efeito é muito importante. Então a Secretaria da Agricultura, da Pesca e agora do Desenvolvimento Rural, depois da reforma administrativa, tem tido um compromisso de estar junto com o setor.

Agora eu tenho que registrar, Deputada, nós temos, sim, e temos que reconhecer, uma grande dificuldade no nosso próprio quadro de pessoal: é pouca gente; o Sérgio e o Hilário, dentro da Diretoria e da Gerência, tenho que aqui registrar o esforço deles em estar junto com o setor, e estamos trabalhando, com o Secretário Ricardo, para melhorar e otimizar principalmente a questão de gestão, para disponibilizar um apoio maior aos senhores e às senhoras do setor pesqueiro.

Eu falo aqui que nós estamos extremamente comprometidos, estamos junto com o setor, e a Deputada já esteve conosco lá em algumas oportunidades, sempre brigando e pleiteando pela causa da pesca. Acho que este é um momento muito importante, quando se cria uma política estadual. O marco regulatório é necessário, traz à luz alguns gargalos que precisamos sanar – a Deputada citou vários [gargalos] aqui, que são de suma importância, e que não existem só na pesca, nós temos outras situações.

Destaco aqui, Deputado Felipe, por exemplo, que nós temos um marco regulatório, o Estado hoje é referência em sanidade animal, somos o único Estado do País livre de febre aftosa sem vacinação, o que nos permite acesso a muitos mercados; o Estado de Santa Catarina é referência em muitas questões produtivas da área vegetal, como, por exemplo, somos o primeiro produtor nacional de maçã, o primeiro produtor nacional de cebola, e o Estado não dispõe de uma política pública de sanidade vegetal, contudo atualmente tem um projeto de lei que está tramitando aqui nesta Casa também. Nós temos muitos avanços na área vegetal, mas não temos um marco regulatório que nos permita clarear e colocar de maneira transparente as dificuldades do setor, dos pequenos produtores, já que consideramos que 84% das propriedades aqui do Estado são compostas por pequenas propriedades rurais de produtores familiares. Então esse é o intuito da Secretaria, trabalhar nesse sentido.

Assim como a pesca, a sanidade vegetal também não tem uma política pública, por isso que sou defensor da importância desse tipo de projeto para que, de fato, se ordene e se dê autonomia para os órgãos públicos, para os órgãos ambientais, mas, principalmente, para o produtor, no caso o pescador, para as Associações, para deixar tudo às claras e conseguirmos alavancar o setor e crescer. Esse é o desafio e, nesse sentido, a Secretaria da Agricultura e da Pesca é extremamente parceira e solidária, vamos estar com a nossa equipe técnica no que for possível, Deputada, contribuindo na análise desse projeto. Tenho certeza que nós temos *expertise* técnica dentro da Secretaria e da própria Epagri, que é a nossa empresa de pesquisa e extensão, que muito tem trabalhado pela pesca, para contribuir. Então estamos aqui solidários com os senhores pescadores e com as senhoras pescadoras.

Quero deixar o nosso apoio e, mais uma vez, parabenizá-la, Deputada Paulinha, pela iniciativa, pela proposta. Deputado Felipe, o senhor tem razão, e eu me solidarizo, sim, com a sua fala, acho que a gente tem que fortalecer a pesca. Agora eu estou dentro da Secretaria, mas, por exemplo, eu trabalhava na Cidasc e víamos as dificuldades que o setor da pesca enfrentava, apesar dos avanços.

Reitero que estou aqui como parceiro, tanto eu quanto o Secretário Ricardo, para estarmos presentes sempre que for demandada aqui na Comissão, não só a Secretaria, mas as nossas empresas, tanto a Cidasc quanto a Epagri, estão sempre à disposição do senhor e de toda a Assembleia e, principalmente, dos pescadores e das pescadoras.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, querido.

Mais alguém da mesa deseja usar a palavra?

Com a palavra o senhor presidente do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina (Sindpesca), Osvanir Gonçalves.

**O SR. OSVANIR GONÇALVES** — Quero cumprimentar a Deputada Paulinha, o Deputado Felipe, as senhoras e os senhores.

O Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina, entidade jurídica criada em 1964, tem sido um dos lutadores em defesa do setor pesqueiro desde lá até agora. E é lamentável que tenhamos hoje em Santa Catarina sete órgãos públicos que fiscalizam as atividades do pescador profissional, do pescador artesanal, do aprendiz de pesca, do maricultor, do aquicultor, do descascador de camarão, enfim, todo esse pessoal é fiscalizado por sete órgãos públicos, os quais vou citar: Ibama, Polícia Ambiental, Capitania dos Portos, Polícia Federal, Ministério da Pesca, que hoje é a Secretaria da Pesca, Secretaria da Agricultura do Estado e a Fatma, hoje IMA, que é o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, que em ambas as partes fiscalizam o setor da pesca, porque eles alegam que é questão ambiental.

Ora, até 1988 o setor pesqueiro era produtivo para o Estado de Santa Catarina, e de 1988 para cá a política mudou e o governo federal esqueceu esses trabalhadores − parte deles está aqui. O Sindicato vem lutando contra essas alegações de governo porque entende que o pescador é um trabalhador, um profissional, um lutador, não é um bandido, não é um execrado da sociedade, pescador é um profissional, e para ser um profissional é preciso ter uma habilitação que lhe dê o direito de exercer a sua função como pescador. O Ministério da Pesca foi constituído com a minha ajuda, estivemos no gabinete dos Senadores, no governo passado, no governo do Lula, para ativar o Ministério da Pesca, que até então era uma Secretaria de Pesca. Mas o governo Temer deu um pontapé no Ministério e disse que não servia. Ele esqueceu que em todo o território brasileiro tem portos e em parte desses portos é onde escoa a nossa produção pesqueira. Como exemplo eu vou citar Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul, Imbituba e por aí afora, mas o governo federal esqueceu as atividades desses trabalhadores. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Há seis anos eu fiz um protesto na Prefeitura de Biguaçu porque o Prefeito quis derrubar o rancho dos pescadores – até tinha um que estava aqui, o João, não sei se já saiu –, a ponto de levar uma embarcação pesada para a frente do gabinete do Prefeito e ele chamou o Delegado de Polícia para me prender, porém o Delegado viu que eu estava dentro do meu direito de defender com unhas e dentes os trabalhadores da pesca.

Eu até estou com dificuldade na visão, porque eu fui operado da vista, mas fiz questão de estar aqui hoje para me certificar das mudanças da atividade da pesca no Estado de Santa Catarina, porque elas são necessárias, já que o governo federal está cuidando de outras atribuições, que são de competência dele. Infelizmente o governo ainda vai para a televisão dizer que as pescadoras que estiverem recebendo o seguro-defeso poderão ser presas. Ora, isso é declaração de um Presidente da Nação? O trabalhador tem o direito de exercer a função para a qual é competente, se eu escolhi ser pescador, ótimo para mim; não tenho competência para ser engenheiro, médico ou outra coisa, mas se eu escolhi ser pescador, vou honrar a minha profissão. Então o Presidente da República deveria ter ido à televisão elogiar esses trabalhadores incansáveis, e no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Belém e por aí afora, são milhares de trabalhadores. Só em Santa Catarina, se os senhores não sabem, são mais de 42 mil trabalhadores da pesca, pescadores profissionais e artesanais.

Infelizmente a gente tem recebido esse tipo de execração, ou seja, de fiscalização pesada por parte até da Polícia Federal, que tem entrado em embarcações de pescadores sem pedir, sem levar uma ordem judicial nem nada. Chegam e apontam uma metralhadora na cabeça dos pescadores como se fossem bandidos. Eu estou aqui defendendo o trabalhador, o pescador, e o pescador não é bandido, não é ladrão. O pescador é um trabalhador e deve ser respeitado como outro cidadão qualquer. Por isso que, hoje, o Sindicato está aqui nesta Assembleia para dizer aos senhores: contem com o apoio do seu sindicato. Nós temos aqui o companheiro Ivo, que faz parte da Federação das Colônias de Pescadores de Santa Catarina, é um incansável baluarte também; mas o Sindicato dos Pescadores olha isso com muito carinho.

Eu tenho até um recado aqui para dar para o representante da Secretaria da Pesca: desde 2014 não se exerce a atividade de pescador com habilitação, ela é exercida com protocolo, com uma folha de papel. Ora, os órgãos fiscalizadores, a Polícia Federal e muitas vezes o companheiro da Polícia Ambiental, quando se deparam com os pescadores com essa folha de papel, que se diz ser o protocolo, tiram até onda. Se eu estou exercendo a minha profissão como advogado, eu tenho a minha carteira da OAB; e por que eu não posso ter a minha carteira de pescador? Porque a Secretaria da Pesca não expede a carteira desde 2014. Aí fica essa encrenca entre a Secretaria da Pesca e o INSS, que não paga porque diz que a carteira do pescador não está em evidência.

A gente até gostaria, nobre Deputada, que na próxima reunião da Comissão fosse convidado ou convocado alguém do INSS para dar esclarecimentos a respeito disso. Tem determinação judicial para que o INSS pague o seguro-defeso dos pescadores, mas a Secretaria da Pesca não cumpre a determinação judicial. É determinação judicial, mas não cumprem. Há falta de respeito com essa categoria de trabalhadores. Hoje os pescadores, infelizmente, são tratados com os dois pés por esses órgãos públicos, que deveriam abraçar, que deveriam puxar para si, que deveriam dar orientação psicológica até para muitos pescadores que vivem à mercê dessa situação, porque hoje é lamentável vermos pescadores passando fome, porque não recebem o seguro-defeso, que é contado, cada moeda que os trabalhadores deixam de receber é chorado, eles vão ao Sindicato... Hoje eu estava lá e um cidadão apareceu chorando, apavorado porque não recebeu o seguro-defeso, que já era para ter sido pago trinta dias após a data do vencimento, ou seja, no dia 30 de abril teria que ser pago todo o seguro-defeso em Santa Catarina. Infelizmente nós temos mais de dez mil pescadores ainda pendurados no INSS por falta da carteira de pescadores profissionais.

Então eu gostaria que os senhores, quando recebessem essa minuta desse projeto de lei, lessem com carinho e mandassem para a Deputada as mudanças que são do interesse, porque se faz necessário mudar as atividades da pesca do governo federal para o governo estadual, pois assim nós, com certeza, vamos ter apoio e mais respeito.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, querido, pelo seu depoimento, pelo seu desabafo. Eu acho que ele é bastante oportuno, porque de fato ainda temos muita gente que ainda não recebeu o seguro, e o que tu falas sobre a vida do pescador é exatamente isso.

Nós temos aqui o Vereador Adir, de Balneário Gaivota, que é Vereador por acaso, porque ele é pescador de verdade, de profissão, de sangue, de vida, e para quem não sabe da sua história, este ano ele teve o infortúnio de ficar desaparecido com o seu filho, foi um sofrimento, um desespero, teve um incidente de vento, de tempo ruim, e até encontrar esse homem a cidade inteira não sabia o que fazer. De fato, essa questão até do amparo psicológico é importante – e não sei como ele foi para o mar no outro dia, mas foi –, o pescador passa por todos esses infortúnios e hoje ele está absolutamente criminalizado, do pescador profissional ao artesanal, por conta dessa falta de registro e tudo mais.

O que eu quero adiantar para vocês é que a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural está procurando uma espécie de convênio, de termo de cooperação com a União para que possamos fazer o dito e famigerado recadastramento, porque a gente não sabe mais nem qual é o tamanho da nossa frota pesqueira, qual é o número de pescadores que a gente tem envolvido. A gente não tem nada nas mãos. Essa derrogação de competência já foi pedida, está sendo negociada para que a gente possa ter essa clareza.

A minha sugestão é que a gente passe rapidinho a proposta de lei para que vocês possam olhar e, de repente, lembrar de alguma coisa que possa ser dita em relação ao tema.

Com a palavra o senhor presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, Ivo da Silva.

**O SR. IVO DA SILVA** — Boa tarde. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Este é um momento crucial no qual temos que nos dar as mãos, estar unidos. Este é um momento de união. Paulinha, eu quero te parabenizar por esse documento, por tudo o que você está fazendo para o setor da pesca, principalmente para a pesca artesanal, e dizer que para criar um conselho... Santa Catarina é o maior produtor de pescado do Brasil, tem os melhores pescadores, sem medo de errar, porque eu fui presidente da Confederação várias vezes, em vários mandatos nacionais, e a gente vê o trabalho do pescador artesanal que sabe remendar rede, que sabe fazer uma malha cavala, que tem todos os aparatos para trabalhar em qualquer setor da pesca. Mas hoje nós estamos discriminados, porque não temos essa continuidade, os filhos dos pescadores não querem mais ir para a atividade. Antigamente os pais ensinavam os filhos a fazer rede, os filhos ficavam preparados, especializados para trabalhar em qualquer setor da pesca, e hoje não existe mais isso. Mesmo porque os filhos de pescadores hoje são aconselhados pelos pais a fazer outra coisa, a vender pipoca e cachorro-quente, porque na pesca não dá. Portanto, nós estamos lutando para que a pessoa possa dizer: eu tenho orgulho de ser pescador; eu sou pescador. É isso o que nós queremos. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Outro ponto, Deputada, é que nós fizemos uma reunião recente na Secretaria da Agricultura, e temos uma ata, com as Colônias de Pescadores e com alguns Secretários Municipais, pedindo a criação de uma diretoria. Hoje no Estado de Santa Catarina, apesar de nós sermos o principal produtor de pescado, temos uma Gerência que não tem estrutura nenhuma. A Gerência não tem estrutura. Então, é melhor não ter. Nós queremos simplesmente criar uma diretoria. Como a senhora falou do conselho, também seria importante o conselho, mas na época nós não nos lembramos do conselho, não pensamos nessa sua brilhante ideia de conselho, lembramos da diretoria. O Paraná, que tem uma extensão pequeníssima, tem um órgão da pesca; o Rio de Janeiro tem um instituto; o Rio Grande do Sul tem um conselho; o Pará tem uma Secretaria da Pesca, e só Santa Catarina, que é o primeiro em produção, é o último a resolver as burocracias dos pescadores.

Nós queremos que a senhora também faça um trabalho em cima de toda essa documentação, Deputada. Por exemplo, a licença para a pesca da tainha não pode ser dada no apagar das luzes, no último dia de pesca, às vezes já passando do tempo de pescar, porque a pessoa tem que arrumar as suas embarcações, remendar as suas redes, a rede de praia, tem que arrumar (*ininteligível*), levar os seus apetrechos para lá. Os pescadores têm que puxar sua embarcação, têm que limpar o fundo, como todo mundo sabe – aqui estão o presidente da Colônia de Pescadores Z-11, o Zequinha, o Baga, que têm embarcação e sabem do que eu estou falando, como muitos outros aqui. Não é possível que a licença saia na véspera, porque aí a pessoa não tem coragem de investir, por não saber se vai poder pescar ou não. E a pessoa só vai saber se pode pescar depois que a pesca já vai evoluindo.

Então, nós gostaríamos de fazer várias propostas a esse projeto de lei. Deputada, a senhora como mulher sabe que existe uma discriminação muito grande em relação às pescadoras catarinenses. Essa discriminação é ilegal e até injusta, porque quando os pescadores vão pescar eles levam o seu produto para casa para que as mulheres beneficiem os pescados, ou descasquem o camarão, ou filetem o peixe, elas estão agregando valor. As pescadoras só não são boas para o intermediário, porque ao invés da família agregar valor, quem vai fazer isso é o intermediário, que vai vender muito mais caro.

Só para a senhora saber: 1 quilo de camarão sete barbas ou rosa, que chega a R$ 2,00, R$ 3,00 o quilo – tem época que acontece isso – as mulheres vão descascar para depois vender a R$ 16,00, R$ 18,00 o quilo. Quantos por cento é agregado nesse valor? É isso o que nós temos que incentivar, fazer com que as famílias dos pescadores se envolvam nesse beneficiamento, criem as peixarias, criem coisas para a própria família poder vender para agregar valor, para ter uma vida melhor para a sua família.

Deputada, eu quero pedir para a senhora e para o Deputado Felipe Estevão fazerem uma revisão em todo esse setor da pesca; que se faça uma política para a pesca, que não seja nacional, já que vocês não têm competência, mas têm competência, sim, para intervir com os Deputados Federais. Acontece que agora foi aprovada a Portaria 871 que vai acabar com todo o setor pesqueiro nacional, com todas as categorias, é Associação, é Sindicato, é Colônia, acaba com nós todos, por quê? Ela nos proíbe de prestar o serviço que prestamos até agora. As Colônias têm um trabalho social muito importante, que é [registrar] o tempo de serviço aos pescadores, encaminhar as mulheres pescadoras quando estão grávidas para a sua licença, é fazer a aposentadoria, é tirar empréstimo e o seguro-desemprego. Mas com essa portaria nós estamos impedidos de fazer isso e o pescador vai ficar abandonado sem as Colônias, sem a Federação, sem as Associações, sem os Sindicatos, porque os associados não vão ter mais interesse em procurar as entidades, porque eles não vão poder mais fazer essas atividades.

Nós lutamos, nós fizemos várias reuniões para resolver essa situação; a gente conseguiu em Brasília um Deputado da Bahia, conseguimos um Deputado aqui de Santa Catarina, poucos votaram a favor do nosso pleito, porque ficaram de olho na [emenda] parlamentar, no recurso que iam receber do governo federal, mas não se preocuparam com as famílias pesqueiras. E é preciso, principalmente, fazer uma revisão na Secretaria da Pesca, no INSS, fazer uma conscientização mostrando que as mulheres são importantes.

Para encerrar a minha manifestação, eu vou falar de um caso. Aqui nós temos a presidente de uma Colônia, a Adriana, e naquela Colônia eu fiz várias juntas governativas, mas nunca deu certo. Quando entrou uma mulher, passou a funcionar maravilhosamente, porque as mulheres são muito organizadas. Parabéns para vocês. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, querido.

Quero dizer para vocês que acabei de avistar a minha prima Zala, um beijo, meu amor, em homenagem ao teu esposo, que não está mais aqui conosco, mas eu sei que ele ia ficar muito orgulhoso de me ver aqui hoje brigando pela pesca. E em teu nome também deixo um abraço especial para todas as mulheres e para todos os homens presentes. Um abraço para o Vereador Edmar, de Imaruí, também pescador.

Queria combinar com vocês algumas coisas. Vocês querem ler a proposta de lei aqui ou não? Porque talvez não seja produtivo fazermos a leitura aqui, é uma proposta de várias páginas. Eu acho que o ideal é a gente franquear para vocês levarem e estudarem até o dia 12 de agosto. Vocês acham que está bom esse prazo para vocês lerem e estudarem para apresentar sugestões ou vocês querem mais tempo?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Um pouquinho mais de prazo?

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Fale ao microfone, querido.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL JONECIR SOARES (Itapóá/SC)** — Boa tarde, Deputada. A gente vê com bons olhos, é uma boa iniciativa, mas nós somos da região norte e lá a nossa classe pesqueira é diferente da da região sul.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Sim, a prática pesqueira é diferente.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL JONECIR SOARES (Itapóá/SC)** — Isso, a prática é diferente.

Então, fica como sugestão: nós temos uma região pesqueira grande, tem São Francisco do Sul, Itapoá, Barra do Sul, e nós gostaríamos que fizessem uma audiência naquela comunidade para que nos ouvissem, que a Comissão fosse até a região e ouvisse a nossa região pesqueira.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Beleza. Queres sugerir um Município?

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL JONECIR SOARES (Itapóá/SC)** — Para nós seria bom São Francisco do Sul, que está próximo de Barra de Sul e de Itapoá. Seria uma boa sugestão, mas Itapoá também fica à disposição para a reunião.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Mas São Francisco do Sul acho que é mais central.

Conversando aqui na mesa, quem me conhece sabe que eu sou apressada, se eu pudesse fazer, tudo seria ontem, mas os meninos aqui estão dizendo que pelo menos tenhamos trinta dias para analisar a lei, porque quem tem representação quer reunir Conselho, tem a Câmara Setorial que o Secretário Adjunto já disse que gostaria de reunir. Então nós vamos deixar até o final do mês, dia 30 de agosto. Qual é a nossa vontade? É aprovar o mais rápido possível, não que uma coisa tenha a ver com a outra, porque ela não trata aqui da questão das 12 milhas, mas se o Estado do Rio Grande do Sul quer ter lei, nós também queremos ter lei. Queremos que isso tramite rápido para mostrar para eles que também podemos nos mexer nesse sentido. Então vamos combinar até o dia 30 de agosto para receber sugestões. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

Quero dizer para vocês que o projeto de lei não foi todo redigido por mim, a ideia não é minha, é dos pescadores e das pescadoras, e por isso a gente combinou de ele ser subscrito por vários Deputados. Nós vamos convidar todos os Deputados da Comissão de Pesca – o Felipe Estevão já se comprometeu com a gente e outros mais – para que ele tenha mais força, para que ele tramite mais rápido na nossa Casa. Então, fica para vocês analisarem até o dia 30 de agosto para recebermos sugestões.

Eu vou anotar o teu pedido (*dirige-se ao senhor Secretário Municipal Jonecir Soares, de Itapoá*), nós vamos apresentar na Comissão de Pesca e Aquicultura para escolher uma data e vamos fazer uma audiência pública em São Francisco do Sul.

Com a palavra o senhor gerente de Pesca e Aquicultura da [Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural](http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php), Sérgio Winckler da Costa.

**O SR. SÉRGIO WINCKLER DA COSTA —** Boa tarde, pessoal. Primeiro quero agradecer a Deputada Paulinha e o Deputado Felipe Estevão pelos elogios que fizeram a mim, não é tudo isso, a gente sabe que não, eu não tenho todo esse conhecimento da área, pelo contrário, a gente aprende todo dia. Eu tenho 34 anos de trabalho na Epagri, alguma coisa eu tinha que ter aprendido nesse tempo, não é? Mas o que a gente tem é boa vontade.

Eu vou pegar a fala do Ivo, porque o Ivo falou da Gerência e eu sou o gerente da Pesca e Aquicultura da Secretaria. Realmente a estrutura da Secretaria hoje é muito enxuta, a tendência é sempre enxugar mais, com a mudança de governo e com as dificuldades que existem, mas temos feito um trabalho lá, principalmente focado em cima das três Câmaras Setoriais, a da piscicultura, a da pesca e a da maricultura, ou seja, trabalhamos com três áreas. Na piscicultura nos dedicamos à questão do licenciamento ambiental, na nova lei que foi aprovada no final do ano passado, agora está praticamente pronto para fazermos o licenciamento da piscicultura no Estado, o que não tinha condições até o ano passado. Na maricultura estamos trabalhando na questão do ordenamento, nas novas licitações e nas questões que envolvem toda a legislação federal. E na área da pesca, apesar de grande parte das regulamentações serem federais, de responsabilidade do governo federal, estamos trazendo para o Estado a discussão dessas normas, porque o ordenamento da pesca foi o principal item de demanda do setor pesqueiro.

Então estamos trabalhando alguns assuntos. Nessa Câmera Setorial a gente já trabalhou em quase vinte reuniões, em termos de ordinárias e extraordinárias; temos temas que estão sendo trabalhados hoje, como a questão da regulamentação da pesca do gerival, na baía norte/sul. Já estamos com a proposta, inclusive amanhã temos reunião com os pescadores para discutir e tentar finalizar a proposta e encaminhar para o governo federal. Ou seja, fazemos as discussões aqui no Estado e encaminhamos as propostas para o governo federal para eles regulamentarem.

Nós temos um trabalho no Complexo Lagunar, que inclusive agora vai ser mais dinamizado porque o próprio Ministério Público está exigindo que se resolva a questão do ordenamento do Complexo Lagunar, que vem se arrastando desde 2005. Então a Câmara está trazendo essas responsabilidades. Nós ajudamos, estamos na luta com o pessoal lá do norte na questão da alteração do defeso do camarão sete barbas; tem pessoas que estão aqui que fazem parte da Câmara Setorial e têm participado, ou seja, a Câmara Setorial é ampla, ela trabalha com as entidades que atuam na área da pesca e também com as representações dos pescadores.

Nós acreditamos que não é uma pessoa ou uma estrutura que vai fazer o que é necessário, é a junção de todas as entidades que estão aí, e cada uma tem dado a sua colaboração. Nós vamos levar essa proposta aqui da Deputada e da Comissão de Pesca para a nossa Câmara Setorial, vamos discutir, vamos tentar trazer as contribuições.

Eu acho importante este momento, porque vejo avanços no governo federal, e depois o Zé vai comentar alguns avanços que estão acontecendo. Ou seja, o governo federal também está se preocupando em trabalhar toda aquela demanda que ficou reprimida nesses últimos anos, que nós sabemos que foi um desastre total, porque ficaram coisas sem ter qualquer tipo de solução. E nós queremos ser também protagonistas nesse aspecto, e nós, que eu digo, é o setor, nós estamos juntos com o setor para poder buscar as soluções. São muitos os problemas, mas nós temos que atacar um de cada vez. Vamos trabalhar um, vamos tentar apresentar soluções e vamos passar para o outro.

O importante é que tem bastante gente com boa intenção de ajudar. Eu vejo hoje a Assembleia Legislativa, com a Comissão de Pesca, com esse dinamismo todo, vejo o Marcos que está aqui, que sai procurando e querendo resolver. Eu acho que é por aí. E o envolvimento dos políticos nesse processo é muito importante. O próprio governo do Estado também tem demonstrado interesse em ajudar. Eu faço parte do governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, e está aqui o nosso Secretário Adjunto que tem atuado no sentido de nos dar apoio, dando as condições para que possamos trabalhar.

Eu só queria colocar aqui que, independente da estrutura que tiver dentro do Estado, nós vamos tentar apoiar em todos os problemas. Hoje nós trabalhamos na área da piscicultura, da pesca e da maricultura, ou seja, como diz o próprio presidente do Sindipi (Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região), o povo das águas.

Obrigado mais uma vez, Paulinha. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Obrigada, querido, obrigada por tudo, Serginho.

Só quero deixar uma informação aqui: quem quiser receber a minuta do projeto de lei pelo WhatsApp*,* por favor, mande um oi para o número (48) 99928-1354.

Com a palavra o senhor Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental, Tenente-Coronel Ricardo Cordeiro Comelli.

**O SR. COMANDANTE RICARDO CORDEIRO COMELLI —** Boa tarde a todos. Primeiramente eu gostaria de saudar a Deputada Paulinha, proponente dessa nova legislação; cumprimento todos os outros integrantes da mesa, alguns conhecidos de longa data, mais de dez anos; também o Deputado Felipe Estevão, visto que nós estamos tratando desse assunto há alguns meses.

Eu, particularmente, fiquei surpreso com essa proposta de legislação, porque nós já tratávamos, e eu falava isso com o Felipe Estevão, de uma questão histórica. Vocês sabem que em 1982 teve a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que declinou aos Estados, ou seja, ao Estado de Santa Catarina. 12 milhas náuticas, que pertencem ao Estado e ele tem soberania nisso. Em 1988 o Brasil ratificou, homologou isso tudo, o que significou isso? Que o Estado poderia fazer tudo ali dentro. E quando a gente observa fora isso, numa outra questão, a gente olha para dentro do Código Estadual do Meio Ambiente de 2009, fazendo hoje dez anos. Vocês sabem quantas vezes se fala a palavra pesca dentro do Código Estadual de Meio Ambiente? Porque pesca tem a ver com o meio ambiente, isso é claro para nós, mas sabem quantas vezes é falada a palavra pesca? Uma vez, quando traz a denominação. A pesca tem 42 mil trabalhadores, muita gente participando, mas em alguns momentos isso não veio à tona, não participou plenamente da sociedade organizada, das instituições. Isso não está bem claro para nós, na verdade, historicamente falando.

Então, quero dizer resumidamente que a Polícia Ambiental tem trabalhado com alguns grandes problemas, porque não consegue avançar nessa questão. Eu vejo algumas cabeças concordando, de presidente de Colônia de Pesca, que estão cansados de falar com os nossos Comandantes, e aqui temos o Comandante de Laguna, o Tenente Magoga, o Tenente Eduardo, Comandante aqui em Florianópolis, que cuidam dessa parte costeira.

No ano passado nós editamos um plano estratégico da Polícia Militar Ambiental para cuidar da costa, porque entendíamos que precisávamos estar um pouco mais presentes para resolver questões incidentes, como, por exemplo, uma portaria de Laguna – e aí o Tenente Magoga pode me ajudar, o presidente da Colônia pode me ajudar –, uma Portaria do ano 2000, de mil novecentos e alguma coisa. Isso não faz sentido (*ri*). Desculpem a risada, mas é porque não faz sentido, isso não cabe mais, porque as coisas vão se modificando, assim como os ecossistemas, e precisamos estar bem atualizados.

Então, instituir pela competência própria que o Estado tem, uma legislação que possa abarcar todas as questões, é fundamental. Estamos plenamente de apoio, não é à toa que nós estamos aqui. Eu comando esse 1º Batalhão que cuida de todo o litoral, e tem dois Comandantes de unidades aqui comigo, para estarmos juntos nesse processo. Estamos de acordo com o que for melhor para a pesca, porque entendemos que ela é importantíssima para o nosso Estado, mas para ela vemos poucas ações.

Seguimos à disposição para qualquer outro esclarecimento de dúvida, podem até brigar conosco, não tem problema (*ri*).

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Comandante, eu quero lhe agradecer de todo o coração por ter vindo, por ter se colocado à disposição, porque, de fato, essa aproximação talvez seja o que nos falte de concreto. A gente não tem clareza na lei, então só resta para a Polícia Ambiental tratar da forma como ela pode. Então, se a gente tem uma lei que preserve os direitos do pescador, e isso está claro, vai facilitar a vida deles também. Eu agradeço pela sua boa vontade em estar aqui junto com a gente, de verdade. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Bom, gente, eu quero lembrar que no dia 6 de agosto, para quem não sabe, vai ter essa reunião em Brasília, que vai juntar a bancada estadual e a bancada federal. É o 1º Encontro Nacional do Povo das Águas, cujo objetivo é fazer com que em Brasília também se encaminhe uma legislação nacional que nos proteja e também, deixando claro, preserve o meio ambiente, mas entendendo que o pescador faz parte desse meio ambiente que está aí posto.

O Zé quer falar uma palavrinha, como autoridade de Brasília? Então com a palavra o senhor chefe de Divisão de Aquicultura e Pesca da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, José Henrique Francisco dos Santos.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentá-la, Deputada, haja vista que o Presidente acabou se ausentando, e em seu nome cumprimentar os demais membros da mesa. Acho que não tinha como vir aqui e não repassar o que está sendo feito lá, pois boa parte desses anseios aqui depende das ações da Secretaria Nacional, em Brasília.

Há cerca de um mês e pouco nós assumimos o escritório federal aqui, a convite do Secretário Nacional, para ajudá-lo a desenvolver as políticas públicas e auxiliá-lo aqui no Estado para que pudéssemos entregar uma melhora nos serviços públicos, haja vista que pelo histórico percebíamos que não eram entregues, principalmente no que tange aos prazos. Por exemplo, quando eu assumi o escritório aqui em Santa Catarina, o técnico que analisava os pedidos de registro e de renovação de licença das embarcações artesanais estava na data de novembro de 2017. Isso é complicado. E uma das principais reivindicações de vocês é que esses documentos sejam entregues em tempo hábil, assim como as renovações das carteiras, para que fosse resolvido, para que todo mundo pudesse receber o seguro-defeso em tempo hábil sem precisar recorrer à Justiça ou até a advogados.

A gente tem trabalhado para tentar melhorar essa estrutura. Estamos conversando com o Secretário, estamos buscando trazer mais servidores. Estou formalizando um plano de trabalho lá. E quero aproveitar que o Secretário Adjunto está aqui para dizer que nós vamos encaminhar para vocês, Ricardo, uma parceria para que a gente possa pedir a cessão de alguns funcionários do Icasa, inclusive que já faziam parte do trabalho, mas que infelizmente, não sei por qual motivo, foram retirados do meu setor há cerca de um mês. A gente vai tentar restabelecer essa conexão com o Estado, haja vista que o Estado já se propôs a ajudar o setor pesqueiro. E uma das formas de ajudar o setor pesqueiro seria nos ajudar trazendo mais funcionários, principalmente da parte administrativa, para que a gente possa entregar em tempo hábil os processos administrativos dos nossos pescadores. Então eu peço o teu empenho para que a gente possa fazer uma parceria nesse sentido.

 Esta semana a doutora Samara me procurou, a quem gostaria de agradecer. É uma guerreira, sempre buscando resolver as questões referentes ao seguro-defeso dos pescadores do Sindicato. Nós já iniciamos uma conversa com o INSS aqui em Santa Catarina, na Superintendência, vai ser marcada uma próxima reunião para diminuir o tempo, para melhorar o fluxo das informações que o INSS precisa do nosso escritório para atender melhor e agilizar o pagamento do seguro-defesa dos pescadores, não só do Sindicato, mas de todas as instituições que representam o setor pesqueiro em Santa Catarina.

(*A senhora Samara dos Santos manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Samara, por favor, fale ao microfone.

**A SRA. SAMARA DOS SANTOS** — É justamente essa questão. Porque para nós conseguirmos fazer com que o sistema flua, tanto o Mapa quanto o INSS, necessitamos de uma regulamentação acerca da lei pesqueira. Nós precisamos, principalmente, definir o conceito de mulher pescadora para evitar os entraves que o INSS causa.

E, não porque estou na sua presença, todo mundo sabe porque eu falo para todo mundo, eu assumi o Sindicato em agosto do ano passado, em outubro eu comecei a brigar por causa desses defesos, por causa de conceito, por causa de lei e tudo mais, e o Mapa sempre nos fechou as portas, sempre. Isso era sagrado. Mas pela primeira vez, há um mês foi marcada uma audiência, você nos recebeu e agora a gente sabe que realmente temos alguém que está batalhando pelo pescador. Eu busco essa reunião com o INSS desde o mês de outubro e agora você abriu as portas para que fosse feita. E a iniciativa da Deputada é uma coisa que a gente vem pedindo há tempo e eu acredito que agora nós vamos conseguir consolidar uma lei forte dentro do Estado, conseguindo evitar que os nossos pescadores passem pela humilhação. Eu, como advogada do Sindicato, passo! Eu, como advogada, passo!

Uma coisa que o representante da Polícia Ambiental falou e, realmente, o senhor está extremamente correto: qual é o grande problema que eu, enquanto advogada do Sindicato, encontro? Tem muitos representantes deles que conhecem a lei de 80, mas não reconhecem a atual, de 2012, 2013 e 2014. E eles não têm ninguém que vai lá e lhes informe. Como é que a gente quer que o pescador saiba se os próprios representantes não sabem? Então cabe a nós, que temos mais conhecimento, principalmente a vocês, que são autoridades, levar esse conhecimento a eles.

Então gostaria de lhe dar os parabéns mais uma vez, Deputada − acabei me estendendo −, a ti também, Henrique, por estarem abrindo as portas para a gente, o Serginho nem se fala. Eu acredito que agora a pesca em Santa Catarina vai realmente começar a se consolidar e, principalmente, a gente vai conseguir definir o que é a mulher pescadora.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Obrigado pela sua contribuição, doutora.

Deputada, só para concluir, eu trago mais alguns recados aqui. Então era essa a questão da conversa, da melhoria do fluxo para que os senhores saibam que em breve nós teremos uma melhoria do tempo para repassar essas informações ao INSS.

Informo a vocês também que dentro de trinta dias estará disponível no *site* do Ministério da Agricultura um *link* para o recadastramento dos pescadores. Vai ser feito todo o recadastramento dos pescadores em nível nacional, então fiquem atentos. As entidades também vão ser cadastradas junto ao Ministério para poder colaborar com esse recadastramento. Nós, aqui no escritório federal, vamos estar à disposição para auxiliá-los naquilo que for possível.

Deputada, temos duas situações que estão sendo tratadas também. Em Brasília foi definido que toda a parte de ordenamento da pesca em Santa Catarina seria discutida dentro da Câmara Setorial aqui. Aproveito a oportunidade − eu vou puxar o saco, mas vou falar mais uma vez aqui, todo mundo já falou, eu vou falar também − para parabenizar o Sérgio Winckler, porque desde que assumiu a Secretaria ele reativou essas Câmaras, que realmente têm feito a diferença na gestão do setor pesqueiro aqui em Santa Catarina. Antes as demandas eram enviadas pelas entidades para Brasília, lá eram engavetadas, iam para um porão que tinha mais de trezentos mil processos jogados em caixas e nada era resolvido. Hoje já saíram daqui inclusive minutas de instruções normativas de algumas questões da pesca que lá em Brasília só foram reanalisadas e homologadas. Então destaco a importância da Câmara da Pesca aqui para o nosso setor e te parabenizo, Sérgio, por ter tido a sensibilidade de ter reativado essa Câmara.

Duas questões importantes serão discutidas agora. A primeira é sobre o ordenamento da pesca de arrasto, que será discutida dentro da Câmara da Pesca. Se Deus quiser, é um objetivo, eu botei como meta, para que no próximo ano a pesca de arrasto de praia em Santa Catarina esteja toda ordenada, cada um com o seu ponto, com as suas coordenadas, para que a gente elimine os conflitos, porque nos últimos anos tem havido muitos conflitos, principalmente aqui na região da Grande Florianópolis. A segunda questão é o ordenamento do cerco flutuante, que também vai ser discutido dentro da Câmara da Pesca.

Deputada, eu queria fazer uma sugestão: que a gente pudesse fazer, junto com a Comissão de Pesca, uma visita ao Instituto de Pesca, em São Paulo, que é referência no Brasil. Eu acho que seria uma boa proposta de criação de uma instituição aqui para Santa Catarina um instituto de pesca. Quem quiser dar uma olhada no *site* do Instituto de Pesca já vai ter uma noção do que é aquilo e o que representa para o desenvolvimento da pesca em São Paulo. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

E o último recado é que está disponível a partir de hoje no *site* do Ministério da Agricultura, para quem é maricultor, um *link* para o preenchimento do relatório de produção do ano de 2018. Peço que se tiver algum maricultor aqui, que repasse nas suas comunidades a importância do preenchimento desse formulário. Esse *link* vai ficar disponível por trinta dias, vai ficar até o final de agosto, e quem não apresentar o relatório, quem não preencher, automaticamente − já está no contrato, inclusive − vai perder a cessão da área. Então estamos muito empenhados em ajudar, já fizemos a reunião - estão aqui o Franke e o Ernani que participaram da reunião no Mapa -, chamamos todos os Secretários Municipais, todos os representantes da Epagri dos Municípios e repassamos essas informações para eles, que estão multiplicando. Amanhã nós temos uma reunião lá em Bombinhas junto com o pessoal de Porto Belo para ajudá-los e orientá-los no preenchimento desse formulário.

Então, pessoal, era isso. No mais eu me coloco à disposição de todos os senhores, das entidades, dos pescadores. O que eu posso dizer para vocês é que nós herdamos uma herança não muito boa de um passado em que nada foi feito. Eu, como representante do setor, sou filho da pesca, quando eu olho lá e vejo tudo o que foi feito, eu me sinto enganado. Nós fomos enganados. A vantagem agora é que nós temos um representante da pesca no governo federal, isso é motivo de orgulho para nós, pescadores, sou filho de pescador, essa é uma conquista muito grande para nós. Então sintam orgulho disso e me coloco à disposição de todos os senhores. Aquilo ali foi criado para atender vocês. Nós só estamos ali porque tem alguém com a rede no mar, e antes não era tratado dessa forma, o escritório e até a própria Secretaria Nacional eram usados para outros interesses, mas agora é nossa. Agora é a casa do pescador, é de vocês, e nós estamos ali para atendê-los.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, gente. Obrigada, Samara, pela tua luta, por tudo.

Eu quero dizer para vocês que as mulheres da pesca têm dado grandes contribuições, assim como a Mirela, que tem feito um trabalho belíssimo, a Drica, enfim. Esses novos tempos que têm a força das meninas têm sido bastante rico para nós também.

Eu quero te agradecer (*dirige-se ao senhor José Henrique Francisco dos Santos*) e fazer uma pergunta, antes de passar a palavra para o Gilberto: o recadastramento vai ser feito do pescador e da embarcação? Dos dois? É isso, Zé?

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Não, Deputada, neste primeiro momento...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Explica direito. Neste primeiro momento o recadastramento é só do pescador?

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Somente dos pescadores.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Nada de embarcação?

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Nada de embarcação.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Beleza.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Mas isso já está sendo tratado em Brasília, porque tem muitas licenças que as embarcações já perderam, o pessoal desistiu. Nós precisamos fazer o recadastramento para saber de fato...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Das embarcações vai ser depois?

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Vai ser num segundo momento. Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Agora é só a força pesqueira. E vocês vão ajudar cada secretaria, cada Colônia? Porque tem muitos pescadores que não têm um computador em casa, não têm instrução para fazer.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** — Por isso foi definido que seriam cadastradas as entidades, os sindicatos, as Colônias, todas as entidades representativas que estiverem em dia com as suas obrigações perante o governo. Elas serão recadastradas para nos auxiliar nesse recadastramento.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Ah, entendi. Obrigada.

Com a palavra o senhor presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba, Garopaba e Jaguaruna do Estado de Santa Catarina (Sindpesca Laguna), Gilberto Fernandes da Silva.

**O SR. GILBERTO FERNANDES DA SILVA** — Parabéns, Ivo, por programar essa situação da tainha, porque este ano nós passamos um trabalho terrível.

Paulinha, eles publicam a portaria dia 14, à meia-noite, e você tem que entregar até dia 15. Aí chega dia 15 e o nosso Comandante pergunta: Gilberto, está liberada a pesca da tainha? Tem certeza que está liberada? E onde está a licença? Como é que esses pescadores vão pescar? Aí nós temos o trabalho de fazer, sabe o quê, Paulinha? Este mês agora, na abertura da pesca da tainha, nós ficamos até uma hora da manhã digitando nome do pescador. Chegava lá: não, o CPF está inválido. Onde está a licença? Não pode pescar se não tem licença. Olha, foi o maior trabalho. A sorte é que não deu aquela safra da tainha, senão a Polícia Ambiental tinha passado o maior trabalho.

Então hoje nós fizemos uma reunião com o Zé, fomos muito bem atendidos por ele, estamos agendando - eu vou convidar o Ivo, porque ele participou desse cadastro da pesca da tainha, o seu Zequinha, nós passamos dois dias lá em Itajaí, e saímos de lá felizes: agora vamos cadastrar o pescador. Que cadastrar coisa nenhuma! A portaria não saiu de jeito nenhum. Cadê a portaria? O Ivo foi para a televisão, malhou, dizendo que em trinta dias tinha que sair - parabéns, Ivo, fizeste o certo -, eu também critiquei muito, porque não é fácil chegar dia 14 e o pescador estar com todos os apetrechos prontos para pescar, mas não ter certeza se pode pescar. Por que ele não pode pescar? Porque ele não tem licença e o Ibama não quer saber. Este ano usaram o helicóptero para fazer a fiscalização, foi ótimo saber quem estava pescando, quem é e quem não é.

Então nós já temos todos os pescadores da tainha do Complexo Lagunar inscritos desde 2012. Foi feito um levantamento e todos já têm a licença, não necessita mais isso, estar fazendo a partir do dia 14 de maio uma portaria. Nós estamos sugerindo ao nosso representante que ele fale com Brasília para que esse cadastramento seja feito por intermédio de Santa Catarina. Parem de fazer direto pela Internet com Brasília, fica feio! Tem muitas pessoas, representantes de entidades, que não trabalham, mas têm um computador em casa e começam a fazer política em cima do pescador, cadastrar o pescador de madrugada, e dizer que estão trabalhando pelo pescador, e nós sabemos que é jogada política, eles não têm representação nenhuma. Então nós, do Sindicato, trabalhamos até à meia-noite este ano, aí quando eu liguei para Brasília, a secretária do Secretário falou: Gilberto, vou te dar mais três dias. Sábado cadastrando gente em Brasília, é brincadeira!

O Ivo sempre cobrou que a portaria deveria sair trinta dias antes para podermos cadastrar o pessoal, mas não sai nunca – é pior do que o jogo do Flamengo ontem, sai em cima da hora para disputar no pênalti. Está a mesma coisa, está uma loucura isso aí. Então hoje eu já conversei com o Secretário, estou agendando uma reunião no Farol de Santa Marta, porque eu já sei quem são os pescadores da tainha - nós temos todos eles já inscritos.

O que nós vamos fazer? Vamos convidar o Secretário, convidar o Ivo, que faz parte da Federação, a Deputada e o Deputado e vamos fazer um esforço, para que no ano que vem, quando começar a pesca da tainha, não tenhamos essa mão de obra de fazer documento em Brasília, que se faça direto aqui, na Superintendência, porque ficam pessoas, que se dizem representantes de pescadores de alguma associação, dizendo que têm poderes em Brasília, que fazem o documento e que logo em seguida vem. Fica chato para os seus órgãos representantes, como o sindicato, a Colônia, fica muito feio. Eu e o seu Zequinha participamos dois dias em Itajaí, num trabalho incansável, de muita discussão, o Serginho junto também. Nós ficamos em uma situação difícil, tiramos o nosso tempo para trabalhar pensando que vai ter uma solução.

Pedimos o seu apoio nessa situação, fale com o nosso Secretário, eu tenho certeza que ele vai resolver essa situação com a senhora. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Gilberto, obrigada pela sua fala. Muito boa a sua colocação, não tenha dúvida que esse problema já está no nosso radar e com a ajuda do Zé isso não vai mais acontecer na próxima safra. Se Deus nosso Senhor permitir, muito do que vivemos este ano não vamos passar o ano que vem.

Essa questão do seguro-defeso que foi falado pelas meninas eu acompanhei pelas mãos da Mirela, da Samara, da Drica e do Leo, lá da nossa Colônia, o sofrimento que foi; teve gente que passou... Porque o pescador quer...

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

É, que está sendo, mas vem diminuindo o volume de pessoas; aí um consegue receber, depois outro, outro, mas uma hora é o problema do CPF, outra hora é porque o cara não é mais casado com a mesma mulher, outra hora é porque o endereço não é mais o mesmo. Toda hora tem um problema de cadastro que dá alguma coisa e a pessoa não recebe o seguro-defeso. São problemas para os quais estamos tomando providência a fim de que o ano que vem isso tudo mude. Eu acho que nunca, nunca, a pesca teve um canal tão articulado entre União e Estado. Essa roda eu acho que está girando bem e eu estou bem contente, acho que realmente temos um novo futuro.

Eu esqueci de te falar, Zé, que o Marquinhos já tinha pedido a visita no Instituto de Pesca, em São Paulo. Eu já conheço, não estive lá pessoalmente ainda, mas já fiz essa pesquisa, a nossa Comissão de Pesca já estava antenada e vamos ver se casa para fazermos a visita juntos, porque eles realmente têm um modelo muito bacana de atendimento à política pesqueira.

Com a palavra o senhor Secretário Municipal de Agricultura e Pesca de Balneário Barra do Sul, Sérgio Dias.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL SÉRGIO DIAS (Balneário Barra do Sul/SC)** — Boa tarde.

Nós acompanhamos essa questão. Nós representamos a região norte de pesca, nós falamos aqui de realidades diferentes, mas a nossa frota pesqueira lá também é grande e nós passamos pelos mesmos problemas que parte da pesca aqui do sul passa.

Essa questão da regularização do RGP, que seria o Registro Geral de Pesca dos pescadores, eu percebo que de 2014 para cá realmente há um entrave político nisso. Os pescadores estão procurando os seus direitos, querendo se legalizar − eu tiro lá pelo meu Município −, eles protocolam os documentos, ficam amarrados. Aí vem um Presidente, faz um decreto e diz que vai haver uma nova mudança, um cadastramento dos pescadores artesanais em função das fraudes que foram feitas com o seguro-defeso. Aí, agora, o Secretário acaba de nos falar que vai sair um aplicativo no sistema para o pescador ir lá no *site* e fazer o seu próprio cadastro. Aí eu pergunto para o senhor: como, se eles já querem fazer isso [o cadastro] para tirar essa causa fraudulenta? Tem muitos pescadores que não têm acesso a computador, vão usufruir do mesmo sistema de ir numa Colônia de Pesca, numa Secretaria talvez, não sei, mas isso começou lá nas Colônias. Eu pergunto ao senhor: vai continuar nessa mesma forma, no aplicativo? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Serginho, obrigada pela fala.

Eu esqueci de mencionar o Serginho no começo, mas ele é um guerreirão, assumiu também a Secretaria... é um cara que tem a vida na pesca. E corroborando com o que ele falou, quero dizer que a nossa ideia sempre foi no sentido de que, por intermédio das instituições cadastradas, sejam Colônias ou Secretarias de Pesca, fosse feito o cadastro, para que não tenha... Claro, o cadastro autodeclaratório tem uma penalização legal caso a pessoa cometa uma fraude, mas um dos problemas que a gente sofreu... Muitos aqui sabem que fui funcionária do Ministério do Trabalho e Emprego por quatro anos, na época em que começou essa “coisarada”, esse denuncismo das fraudes do seguro-defeso do pescador. Vocês sabem que em muitas das nossas comunidades a pessoa que não tinha nada a ver com a pesca, que estava lá no comércio da sua cidade, acabava se cadastrando para receber o seguro-defeso, porque era amigo, era chegado do presidente da Colônia... Isso aconteceu aqui e no País inteiro e com isso perdemos crédito, as Colônias perderam crédito. E eu estava em Brasília na época em que os números ruins chegaram lá.

Então, a única preocupação e o cuidado que a gente tem que ter é que querendo ou não a Colônia tem uma responsabilidade civil, ela tem um CNPJ, a Secretaria Municipal de Pesca tem um CNPJ para proteger. O cidadão comum pode ir lá se cadastrar, o de boa-fé, que é o pescador, mas também pode ir o de má-fé! Então tem que ter alguém que faça esse filtro. E no meu entender esse filtro deveria ser feito pelo Sindicato, pela Colônia, pelas Secretarias Municipais de Pesca, que estão vinculados à pesca realmente.

É apenas uma fala, uma palavra que está sendo dita aqui, Zé, para vocês pensarem em relação a isso, e você me dizer o que se pensou em termos de proteger a política, para os bons não pagarem pelos maus de novo.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS —** Boa tarde, Secretário (*dirige-se ao senhor Sérgio Dias*).

Esperar que a gente faça um sistema que não haja fraude, se eu disser isso eu vou estar mentindo para vocês, haja vista que nós tivemos nos últimos dias até o celular do Ministro da Justiça Sérgio Moro invadido por um *hacker*, imaginem o sistema de cadastramento de pescadores, não é, gente?

Em segundo lugar, a gente conta com a honestidade das pessoas também, o povo brasileiro que tanto clama por mudanças, que tanto critica a classe política, tem que passar a ser honesto também. Eu acho que a partir disso, nós vamos ter um País melhor.

Esse novo sistema não é tão simples quanto o sistema anterior, ele é “linkado” com outros bancos de dados do governo. Então, a partir do momento que a declaração for feita, essa informação vai passar por diversos bancos de dados e, caso ela encontre alguma divergência nas informações, isso vai ser direcionado para um dos servidores do Ministério, para que daí, sim, seja feita a conferência e a análise da problemática que foi encontrada. Esse problema, na verdade, não é político e não é de hoje; como eu falei, nós herdamos uma série de coisas que deixaram de ser feitas.

Em 2014 a Controladoria-Geral da União determinou que a Secretaria parasse de emitir novas carteiras; a orientação era que fosse feito o recadastramento e daí, sim, depois do recadastramento, fossem impressas as novas carteiras. De 2014 para cá, só enrolaram vocês. Então, agora nós pegamos essa herança, estamos tendo que cumprir e estamos fazendo, assim como diversas outras ações que estavam engavetadas, que estavam no porão. A gente está pegando essas demandas agora, que são demandas que fazem com que vocês sofram no dia a dia com a falta de respostas de ações do governo, e estamos colocando-as em prática.

Não é uma coisa que alguém definiu politicamente, não, é tudo baseado em um histórico ruim que a gente herdou. Não é? Porque nós estamos ali para fazer. Como eu falei para vocês, nós temos diversas vantagens agora, temos gente agora, de fato, trabalhando. O Secretário mesmo conta que quando assumiu a Pasta tinha um pouco mais de cem funcionários; ele pegou uma lista e começou a chamá-los, sendo que quarenta ele não sabia nem onde estavam. O pessoal dizia: ah, esse aqui é parente do Deputado; essa aqui é a namorada do fulano; esse aqui é indicação do cicrano. E hoje não, pois todo esse pessoal foi mandado embora e agora nós temos gente efetivamente trabalhando e tivemos muitas melhoras.

Então a gente conta com a colaboração de vocês também, pois precisamos de um voto de confiança para que possamos avançar. São seis meses de governo e temos muita coisa que foi deixada de fazer para colocar a casa em dia. Muitos de vocês podem estar sentindo nossa falta: pô, já assumiram lá, mas não aparece nada aqui. Mas é porque a gente está arrumando a casa, tá?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Obrigada, Zé.

O nosso objetivo com esta audiência era o projeto de lei, agora já estamos falando de outros assuntos... É impossível, o Zé fala para a gente como vai ser o cadastro e é claro que a gente tem que falar com ele sobre o cadastro, não tem como.

Mas assim, eu esqueci de falar para vocês que a nossa audiência estava prevista para terminar às 16h, já são 16h09min, mas tem ainda algumas pessoas que vão falar. Para não ficarmos no pingue-pongue, eu quero sugerir que todo mundo que tiver que fazer uma pergunta, pergunte de uma vez só e, aí, a gente faz a última fala da mesa para encerrar. O nosso Secretário Adjunto precisa ir embora, então peço que sejam breves e não sejam repetitivos, perguntem coisas distintas.

Obrigada.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS —** Deputada, como eu tenho uma reunião no Ibama às 16h30min, eu gostaria que se tivesse alguma pergunta direcionada para mim, que fosse dada prioridade para que eu pudesse responder antes de...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Tá. É que às 16h30min é o horário que todo mundo precisa sair, então as perguntas têm que ser rápidas.

Com a palavra o senhor Vereador Adir Ivo Ramos, de Balneário   
Gaivota.

**O SR. VEREADOR ADIR IVO RAMOS (Balneário Gaivota/SC) —** Boa tarde, Paulinha. É um prazer estar aqui com vocês, e ao cumprimentá-la, cumprimento toda a mesa.

Eu quero falar da lei, porque a gente sofre muito com esse problema que está acontecendo, de pessoas dizendo que mulher não é pescadora, sendo que na nossa região nós temos muitas mulheres pescadoras. Elas levantam às 5h da manhã e trabalham com a gente na praia, arrumam o peixe, puxam a rede, botam rede na praia, andam em cima dos caminhões com a gente, tanto na safra da tainha, como na da corvina, da anchova, do marisco, em todas as safras elas trabalham dia e noite com a gente. Então, não tem como dizer que mulher não é pescadora. Tem mulher que tem escama nos pés de tanto que trabalha na pesca.

Então, isso está nos judiando demais, e não está sendo somente a mulher, eles estão nos dizendo, estão botando terror na cabeça do pescador dizendo que aquele que também não vai para o mar, não embarca no barco e vai para fora, não é pescador, e não é assim. Eu até disse para o Delegado da Polícia Federal que eu queria que ele acompanhasse a nossa pesca para mostrar como é, porque a gente que arrasta na praia – a nossa praia é uma praia de um mar mais alto, não é igual aqui – vamos lá, cercamos e usamos dez, doze homens de cada lado da rede para fazer o arrasto e todos são pescadores, todos sobrevivem da pesca.

Então, Secretário, a gente pede que isso seja olhado com muito carinho, pois a coisa não é assim, todo mundo que trabalha na praia ou no mar é pescador para mim. Era isso o que eu queria falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha) —** Obrigada, Adir.

Com a palavra o senhor Evandro Alcides da Silva.

**O SR. EVANDRO ALCIDES DA SILVA —** Boa tarde a todo mundo. Eu sou de Bombinhas, do bairro de Zimbros.

Eu já trabalhei em uma Colônia de Pescador e eu acho que o problema da carteira de pescador abrange algo a mais do que a Colônia ou outro setor; eu acho que abrange muito a Marinha, porque a Marinha hoje faz uma renovação de barco e não vem conferir se o barco existe. E nós temos hoje muitos documentos de barco e licenças de pesca paradas, trancadas dentro de gavetas, porque esses barcos não existem mais e essas pessoas não vendem para fazer o seguro. E nós, que precisamos de uma licença, não temos, o governo não dá. Hoje, se for feito um levantamento, se você for atrás para ver se existe o barco desse proprietário, verá que muitos barcos, uns 80%, não existem mais. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

Então fica essa sugestão para vocês terem esse elo com a Marinha, porque a Marinha é que dá as documentações do barco, já que antes de vocês darem uma licença de pesca, vocês pedem o documento da Marinha – acho que ainda funciona assim, pelo menos na época em que eu trabalhava funcionava assim. Então, tenham esse elo com a Marinha e quando alguém renovar o documento do barco, peçam que a Marinha mande um camarada ver se o barco ainda existe; caso contrário, cancelem a licença e passem para outro que precisa.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Isso para não ficar licença sendo vendida debaixo dos panos, porque acontece isso, a licença de um barco que não existe fica sendo comercializada no câmbio negro. Isso acontece.

**O SR. EVANDRO ALCIDES DA SILVA** — Outro ponto, para eu encerrar, é a questão da carteirinha. Talvez a carteirinha saia este ano, mas não resolve o problema do seguro o ano que vem, porque a lei diz que o camarada precisa ter um ano de cadastro para receber o seguro. Eu não sei se a lei mudou – a advogada pode passar isso para nós, porque precisa ter um ano de cadastro para, a partir daí, você receber o seguro. Se o cadastro for no mês que vem, no caso este ano para a anchova, não vai completar um ano e não vai receber o seguro.

(*O senhor Osvanir Gonçalves manifesta-se fora do microfone: “Já tem o protocolo em mãos.”*)

Não, mas se tiver um cadastro não vai ter protocolo, não.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — O protocolo não pode deixar de valer para o período aquisitivo do próximo pagamento de seguro. Sobre isso nós vamos brigar com unhas e dentes. Pode ter certeza.

**O SR. EVANDRO ALCIDES DA SILVA** — Mas o que eu digo, para quem não tem carteirinha ainda, vamos supor?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Entendi.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Se ele não tem carteirinha... Vou deixar para falar depois, porque eu já estou quebrando a minha própria regra.

Entendi, Evandro.

**O SR. EVANDRO ALCIDES DA SILVA** — Fica essa sugestão para vocês.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Com a palavra o presidente da Colônia de Pescadores Z-22, do Município de Bombinhas, senhor Leopoldo João Francisco Filho.

**O SR. LEOPOLDO JOÃO FRANCISCO FILHO** — Boa tarde. Eu quero cumprimentar a Deputada e, com isso, cumprimento toda a mesa e todos os pescadores aqui.

O meu questionamento é exatamente para o senhor José Henrique. É interessante que nós tivemos um período de tristeza, como pescador, representando uma Colônia, e hoje eu me sinto feliz, já não estou mais triste, porém quando se fala de recadastramento, aquilo que eu preguei há muito tempo, eu fico triste, sim, porque se o pescador tiver acesso direto a esse *link* e for fazer ele mesmo o seu recadastramento, vai estar tudo igual. Sabem por quê? Eu dei um depoimento na Polícia Federal sobre cinco mulheres que receberam o seguro-defeso da minha Colônia e lá o Delegado me fez umas oito perguntas, sendo que sete delas eram sobre as mesmas coisas, e em uma delas ele perguntou o seguinte: o senhor conhece essa senhora aqui? Eu disse que conhecia. Perguntou se ela era pescadora e eu disse que sim, que ela era pescadora. Foi assim para todas as cinco mulheres. Ele me apresentou uma pilha de nomes de 63 mulheres e me perguntou o seguinte: dá uma olhadinha aqui e veja quantas mulheres dessas o senhor conhece. Aí eu olhei ali e menti... eu quero dizer para vocês, talvez seja difícil de acreditar, mas pela primeira vez eu menti. Eu disse para ele que não conhecia nenhuma delas – e eu conhecia a maioria delas, mas disse que não conhecia. Por que eu disse que não as conhecia? Porque elas não fizeram via minha Colônia, elas fizeram por outras Colônias do Estado e estavam irregulares. Eu pago por cinco, que são pescadoras, e aquelas que estavam ali, irregulares, não vão pagar.

Então, observem uma coisa, se eles têm tempo, não são pescadores de fato; eles têm tempo, dinheiro e condições de correr atrás da documentação. Quando procuram o presidente da Colônia, não está faltando nada. Vejam que o pescador tem afinidade de dizer para mim: eu sou pescador, quer ver como eu sou pescador? Ele vai lá e prova, mas têm aqueles que não, e eu também não estou na praia todo dia para ver se ele é ou não pescador, porém essa pessoa vai ter acesso livre para fazer o seu recadastramento, e o pescador que é pescador de fato, a pescadora que é pescadora de fato, não vai ter condições. Aí eles vão procurar a Colônia, vão fazer o certo e vai sair o verdadeiro, não o mentiroso. Então, é muito perigoso quando o pescador tem acesso direto para fazer o seu recadastramento. O senhor me entendeu?

Acho que vale aí uma sugestão ao Secretário Nacional da Pesca para não facilitar tanto a questão do recadastramento. Que sejam responsabilizadas pessoas de sindicatos, da Secretaria da Pesca, da Colônia de Pescadores, porque ele está trabalhando com menos pessoas e com a responsabilidade da maioria. Entendeu?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, Leo.

Com a palavra a pescadora e tesoureira da Colônia de Pescadores Z-26, de Balneário Piçarras, senhora Luzia da Cunha de Freitas.

**A SRA. LUZIA DA CUNHA DE FREITAS** — Boa tarde, Deputada e todos da mesa. Será bem curtinha a minha fala.

Realmente o que preocupa é o recadastramento e eu sugiro, porque não sei se existe, e se tem, eu não tenho conhecimento, uma ouvidoria para que os pescadores possam denunciar. Hoje em dia os pescadores não denunciam, todos sabem, mas ficam calados. Hoje as pescadoras só sabem falar que não recebem, mas a maioria foi por causa do próprio pescador que tem medo de denunciar, mas ele sabe quem está recebendo no seu lugar. Acho que tem que haver realmente uma fiscalização, porque as Colônias têm que saber, mas não colocar o peso somente em cima da Colônia, mas de todos, porque não é apenas a Colônia que cadastra. Então, tem que haver uma ouvidoria e os pescadores têm que denunciar; ou vocês denunciam, ou vocês irão ficar sem os benefícios.

Uma boa tarde. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Com a palavra o presidente da Colônia de Pescadores Z-11, do Município de Florianópolis, senhor José Frutuozo Góes Filho, o Zequinha.

**O SR. JOSÉ FRUTUOZO GÓES FILHO** — Boa tarde.

Primeiramente quero agradecer à Paulinha. Já fui em bastante reunião, mas é a primeira vez que eu vejo uma mulher à frente desse trabalho maravilhoso. Acho que os pescadores têm que dar muito apoio a você, porque até agora foi a única pessoa que eu vejo sentar à mesa e dar apoio a todos os pescadores. Você está fazendo um trabalho maravilhoso, que Deus te abençoe e seja sempre assim, esteja no lado dos pescadores.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Obrigada, querido.

**O SR. JOSÉ FRUTUOZO GÓES FILHO** — Eu realmente não quero fazer perguntas, somente duas sugestões.

Primeiro, quando se fala em pescador artesanal, tem que se falar primeiro em pescador profissional, porque ele é pescador artesanal, mas ele é profissional. Quem não entende, acha que pescador artesanal não é pescador profissional. Isso vocês têm que ter bem claro, que pescador artesanal é pescador profissional.

E segundo, Paulinha, eu gostaria que vocês fizessem um favor para nós, pois estamos pedindo há muito tempo, por causa dessa licença única que estamos trabalhando e essa licença não sai. Se eu perguntar para os pescadores, quase todos estão trabalhando de forma irregular, não adianta mentir. E eles vão continuar trabalhando, porque é o meio de sobreviverem. Um tem licença para trabalhar na superfície e o outro tem licença para trabalhar no fundo; ou ele trabalha na anchova e na tainha e esquece a outra pescaria ou ele trabalha com venda e abrótea e esquece a outra pescaria de tainha e anchova.

Em cima disso nós já estamos trabalhando, já participei de umas dez reuniões nesta Casa e a gente sempre está pedindo que uma luz nos ilumine, que saia essa licença, porque todos os pescadores estão trabalhando; pescador quer viver na linha certa, não quer sair fora da rota; pescador quer ter a sua embarcação que sai para o mar e chegar sem ter ninguém para atrapalhar.

Eu moro na Costa da Lagoa e quando o meu guri, que trabalha no mar, vai para fora, para o mar, e me liga dizendo que matou duas toneladas de corvina, eu não fico descansado enquanto meu barco não encosta no porto e ele salta do barco, porque falta aquela licença que é para ele poder trabalhar desde a corvina, a anchova e a tainha. Isso que está precisando.

Eu te agradeço de coração (*dirige-se à Deputada Paulinha*), peço para Deus iluminar sempre a pessoa que você é, é a primeira vez que estou em reunião com você, mas fica o meu agradecimento e que Deus e Nossa Senhora te abençoem sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** — Amém. Obrigada, querido.

Com a palavra o senhor Vereador de Penha e Presidente da Comissão da Pesca Artesanal do Litoral Norte de Santa Catarina, Luiz Américo Pereira, o Luizinho Américo.

**O SR. VEREADOR LUIZ AMÉRICO PEREIRA (Penha/SC)** — Boa tarde, Deputada e todos da mesa.

Como o seu Zequinha falou, o pescador artesanal é profissional, ele não é amador; é profissional só que artesanal. Então, ao longo da minha vida na pesca eu fui industrial, sei o que é trabalhar a 450 metros no Chuí matando abrótea, mas também sei o que é matar camarão aqui na beira da praia. Então, é complicado, as duas vidas são difíceis, não são fáceis. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

Porém, por ser morador da Armação do Itapocorói, e ali ter mais 250 pescadores artesanais, nós lutamos sempre pela bandeira maior, que é a nossa pesca artesanal. Nós temos aqui a Mirela, que tem um trabalho excelente lá na Apape, e a Adriana, que é vizinha de Balneário Piçarras, e a dificuldade é sempre grande, em qualquer segmento.

A pesca foi esquecida e os problemas pesqueiros não são do pescador, são governamentais, sendo que a pesca sempre foi tratada como massa de manobra. O pescador só é lembrado em época de eleição ou pelo menos era até agora. Acho que nós tivemos dois ou três Secretários da Pesca ou Ministros da Pesca de Santa Catarina – um deles era o Frisch, de Chapecó...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Isso. E nenhum deles sabia o que é uma malha de rede. Desculpem, mas é verdade.

Nós temos pescadores em Itajaí, em Laguna, em Florianópolis e em São Francisco do Sul, que são pessoas que sobrevivem da pesca, mas sempre foram tratados com descaso, seja na artesanal ou na industrial. Agora, graças a Deus, tem o Seif, que é de Itajaí; o Zé está aqui também, que é um companheiro de longa data na luta; a Câmara Setorial da Pesca muito importante, coordenada pelo nosso amigo Serginho junto com o professor Roberto Wahrlich, que são duas pessoas que dão apoio para nós.

O que eu queria dizer, Deputada Paulinha, além de parabenizá-la pelo evento, é que nós temos quase quarenta mil trabalhadores no setor pesqueiro do Estado. Eu acho que nós deveríamos, sim – eu falo pela minha região, assim como o nosso amigo Joanecir, lá de Itapoá, falou – ter uma audiência pública no Município de São Francisco do Sul para pegar Barra do Sul e Itapoá juntos e outra lá no Município de Balneário Piçarras, que pegaria Penha e Barra Velha. Nós temos quarenta mil trabalhadores, estamos aqui em torno de cem pessoas e acho que não tem nem 1% dos trabalhadores pesqueiros, e nós não podemos decidir pela grande maioria. Acho que tem que ser democrático e oportunizar para os nossos pescadores. Aí, se for feita a reunião lá e não forem participar, o problema é do camarada. Por isso nós temos que dar oportunidade para todo mundo participar e dar opinião. Essa lei é muito importante e essas diretrizes irão dar um norte para o nosso setor pesqueiro.

Sobre as mulheres de pescadores, tivemos um problema no início do ano, inclusive nas cidades de Penha e Piçarras, porque o TRF4 tem uma jurisprudência segundo a qual as mulheres pescadoras que fazem atividade complementar à pesca artesanal têm o direito, sim, de receber o seguro-defeso. Isso está no TRF4, é uma jurisprudência. Nós falamos isso numa reunião, a Adriana estava junto, e no outro dia tinha umas cinquenta mulheres no INSS lá da Penha e a mulher do INSS queria nos matar. Mas é verdade, os caras escondem a informação. O problema é que quando chega para o pescador, acabou; nós não temos respeito, não temos respaldo. Infelizmente os problemas da pesca são governamentais, mas hoje está um caminho legal em relação aos pescadores.

O outro problema é a questão dessa lei, que nós temos que ver certinho, da questão do IMA, das licenças ambientais. Nós temos problemas em Itapoá e em outras cidades em que estão querendo construir galpão, estão querendo fazer alguma atividade junto aos pescadores, porém esbarram nas licenças ambientais. Nós temos que ter um modelo, um mecanismo, uma interação entre o IMA e o setor pesqueiro. Claro, se o governo estadual de Santa Catarina não der suporte para a pesca, para o Mapa, para o Zé Henrique, e também para o Serginho, que trabalha na Gerência da Pesca, não adianta nada; chegar lá no Mapa e ter três pessoas trabalhando para mais de quarenta mil pessoas, não vai adiantar, isso aqui vai ser mais um discurso. Realmente, é preciso que o governo do Estado faça uma parceria com o pessoal do Zé Henrique e coloque pessoas para trabalhar, porque tem que ter efetivo. Como é que uma pessoa sozinha vai cuidar de quarenta mil pescadores? Nunca vai conseguir, não vai ter tempo hábil de emitir licenças e muito menos as renovações.

Então fica aqui esse apelo ao nosso Secretário Adjunto, que está aqui presente, para que ele possa disponibilizar um número grande de efetivo para dar seguimento às demandas do setor pesqueiro em Santa Catarina.

Parabéns, Deputada e demais presentes. Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** – Obrigada, Luizinho.

O que eu quero dizer para vocês: nós vamos fazer uma audiência pública daqui mais um tempo somente sobre estrutura para a pesca, porque não tem uma cidade que eu visitei – no norte do Estado, pelo menos, que eu conheço bem – que não precise de um molhe, ou de um trapiche, ou de um equipamento, ou de um galpão. Não tem! Todo mundo precisa de uma coisinha. Então a gente vai fazer um levantamento da estrutura que a gente precisa em todos os Municípios do Estado catarinense para apresentar para o governo do Estado, para eles poderem planejar um investimento para a pesca. Esse vai ser, Luizinho, o tema da nossa próxima audiência.

As questões em relação ao cadastro ficam para o Zé responder. E está muito bem colocado: nós não vamos sair do nada para lugar nenhum se não tiver gente na Secretaria da Agricultura e Pesca e dentro da Superintendência do Mapa, porque é humanamente impossível, pois são mais de quarenta mil, irmão, já estamos batendo na casa dos cinquenta mil.

É isso aí.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS** - Então, respondendo às perguntas e aos anseios do senhor Leo, da senhora Luzia e do Luizinho – obrigado pelas palavras de apoio, Luizinho, sempre junto na luta.

O sistema foi criado com o objetivo de... Primeiro, com a recomendação da Controladoria-Geral da União, isso deixou de ser feito desde 2014, por isso vocês não têm carteirinha desde então; e a gente está fazendo isso aí porque eu sei que, dentro do nosso objetivo de dar dignidade para vocês, é entregar na mão de vocês uma carteirinha, porque andar com protocolo no bolso é meio desconfortável.

O sistema foi criado para dar segurança e para combater as fraudes. Como eu falei, se eu chegar aqui e disser para vocês que o sistema é a prova de fraude, eu estou mentindo e eu não vou mentir para vocês. Repito, a gente espera que as pessoas sejam honestas e realmente só se cadastrem quem for, de fato, pescador. Esse sistema é um pouco mais completo, porque ele vai conversar com diversos bancos de dados do governo. Então, quem tentar fraudar vai acabar recebendo um alerta, esse cadastro vai ser enviado para uma análise pessoal – não vai ser eletrônica –, o servidor do Mapa vai verificar qual foi o motivo que fez esse cadastro bater na trave lá e voltar para cá, e se, de fato, for constatado que houve uma tentativa de fraude, aí, sim, vai ser encaminhado para a Polícia Federal para a investigação.

Então, contamos com a colaboração de vocês, pessoal, que ajudem a fiscalizar também para que a gente possa ter mais seriedade na pesca daqui para frente. É para isso que estamos aqui e temos o objetivo de trabalhar para que vocês tenham mais dignidade.

Quanto à questão da sugestão que a senhora fez (*dirige-se à senhora Luzia da Cunha Freitas*), da ouvidoria, não existe um canal direto com a Secretaria, mas como nós estamos vinculados ao Ministério da Agricultura, a senhora pode entrar no *site* da Agricultura onde tem um *link* da Ouvidoria e cadastrar lá qualquer que seja a denúncia, a reclamação ou a sugestão. Tem um número também, o 135, que é do INSS, que pode receber a denúncia e que também está sendo usado para fazer o descadastramento. Quem acha que não é pescador, os irregulares que quiserem se descadastrar, podem ligar no 135 e pedir para não receber mais.

Eu acho que era isso aí, pessoal, espero ter respondido para vocês. No mais, a reunião vai acabar, mas a gente vai continuar trabalhando lá. Nós estamos à disposição para atender todos vocês.

Obrigado, Deputada, mais uma vez parabéns pela luta, e conte com a gente.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** – Obrigada, querido.

Com a palavra a senhora Mirela Caroline Costa, que pediu para fazer mais uma fala.

**A SRA. MIRELA CAROLINE COSTA** - Não é nenhuma pergunta, é apenas para complementar o que o Vereador Luizinho falou sobre o TRF4. Já tem o despacho do Juiz, nós temos um processo indenizatório agora em Penha, em Navegantes e em Itajaí em que as mulheres também vão ser indenizadas. Teve algumas denúncias de homens, os próprios esposos das pescadoras, dizendo que as mulheres não são pescadores, que elas são domésticas do lar.

Então, eu só queria ler um pedacinho do despacho que o Juiz deu falando sobre a atividade da mulher, se possível...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** - Eu acho assim: eu vou receber de ti, tu vai ler o projeto de lei, tu vai ver que tem a clareza do que é a definição da mulher pescadora. Só para a gente poder mesmo liberar o pessoal da mesa, senão eles nunca mais vêm quando eu convidá-los.

**A SRA. MIRELA CAROLINE COSTA** – O.k.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Paulinha)** - Obrigada, Mirela, obrigada a todos. Que Deus abençoe o povo das águas, a comunidade da pesca. (*Palmas.*) Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**